



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Crime e castigo

Algumas excelências do Congresso Nacional estão assanhadas com as investigações envolvendo articulações para a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e as ações da chamada Abin paralela. Os deputados e senadores concentram tanto poder que se consideram imunes, impunes e inimputáveis.

Com a preocupação em proteger os representantes do povo de eventuais arbítrios perpetrados pelo regime de exceção dos militares, a Constituição Cidadã de

1988 contemplou a chamada imunidade parlamentar, para que as excelências desenvolvessem as suas atividades públicas sem o temor de serem alvos de cerceamentos indevidos. Mas a garantia da imunidade parlamentar foi completamente distorcida e deturpada. Ela passou a ser interpretada como impunidade para falar, propagar, instigar ou praticar atos delituosos.

Em suma, como se fosse uma autorização para cometer crimes sem ser punido ou incomodado pela Justiça. Tais excelências se colocam acima da lei. Aliás, agora, a primeira providência dos fora da lei é tentar se eleger a um mandato de vereador, deputado, senador ou presidente para escapar da cadeia.

Com a ajuda da internet, as eleições deixaram de ser uma seleção dos melhores e

se tornaram uma triagem para promover os piores elementos da sociedade. O nosso parlamento não nos deixa mentir. Estamos em plena emergência climática, assolados por eventos extremos de rios secos e de temporais, com graves consequências para os cidadãos mortais e para a agricultura.

No Rio Grande do Sul, os prejuízos do agronegócio com os ciclones foram de R\$ 2 bilhões. Enquanto isso, qual a preocupação da maioria do parlamento? Empenham-se nas absurdas emendas parlamentares custarão aos cofres públicos R\$ 44, 6 bilhões, já descontado o veto de R\$ 5,5 bilhões do presidente Lula. Ameaça cercar de maneira inconstitucional a ação dos ministros do STF. Ou, ainda, tenta forjar uma lei para só permitir buscas e apreensões de parlamentares com autorização do Congresso.

Com isso, se algum parlamentar pratica crime, o autor do delito terá um tempo para esvaziar as gavetas e os rastros de malfeitos nos computadores. Para o ministro do STF mover alguma ação contra eles, também precisa de autorização. É possível imaginar o que aconteceria, na hipótese de um parlamento que se autoregulasse, com o que acontece de fato.

Quando uma excelência incorre em algum ilícito, por mais aberrante que seja, não ocorre nada. Temos vários exemplos de parlamentares que perpetram infrações graves e só faltam serem condecorados. A lógica de parte deles é a seguinte: “Se cometi um delito, não posso ser punido, pois eu estaria em uma ditadura. Se eu ganhar as eleições, elas são lícitas. Mas, se eu perder, as urnas só podem estar fraudadas. Se

leí me punir, mudo a lei, legislo em causa própria e descriminalizo o crime.”

Atacar o STF é a primeira providência dos que flertam com os regimes autocráticos. Basta ver o que aconteceu na Hungria, na Venezuela ou na Polônia. A verdade é que os parlamentares concentram um poder desmesurado. E, para quê? Na maioria dos casos, para nada que diga respeito ao interesse público.

Consideram que têm liberdade para fazer o que lhes der na veneta. Praticam crimes em série e querem ser condecorados. Nem tudo é narrativa, os nossos atos têm consequências. A lei vale para todos, para o cidadão mortal, para o parlamentar, para o PL, para o PT e para o presidente. Só vislumbro uma maneira de pacificar o país: cumprir a lei.

DENGUE / A Justiça autorizou, ontem, a entrada de agentes de saúde nos imóveis fechados sem permissão dos donos para combater o transmissor da doença. Focos do *Aedes aegypti* requerem maior atenção de todos

A guerra contra o mosquito

» MILA FERREIRA
» JÚLIA ELEUTÉRIO
» ARTHUR DE SOUZA
» PABLO GIOVANNI

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Lixo e entulho acumulados próximo à casa de José Rodrigues tornam-se potenciais criadouros do mosquito que tem contaminado milhares de brasileiros



Descarte equivocado de lixo e entulho pode gerar multa e coloca vidas em risco



O vendedor Elias Ferreira mostra raquetes de matar mosquito. Vendas dispararam

Um dos maiores desafios a serem enfrentados no combate à dengue é a missão diária de eliminar os focos do mosquito *Aedes aegypti*. Todos os dias, cerca de 700 profissionais dos 15 núcleos de Vigilância Ambiental fazem visitas a imóveis em busca do transmissor da doença. Eles atuam na inspeção, verificação e eliminação de possíveis criadouros. Além de residências, são verificados terrenos abandonados, borracharias, floriculturas e outros espaços considerados de risco para a proliferação. A 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal concedeu, na tarde de ontem, alvará judicial para que agentes de saúde possam entrar em imóveis residenciais e comerciais abandonados e fechados no DF, além daqueles em que for recusado o acesso.

A decisão foi proferida pelo juiz Gustavo Fernandes Sales. O alvará terá validade de um ano, a partir da apresentação de um protocolo de ações, por parte do governo do DF. No período, agentes de saúde, devidamente identificados, com crachá e roupas de trabalho, poderão ingressar nesses locais para combate e prevenção do mosquito.

De acordo com a decisão do magistrado, os agentes deverão apresentar, em até 30 dias após entrar em uma casa, um relatório circunstanciado do local, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.301/2016. Nesse documento, haverá anotações dos dados do imóvel vistoriado, o motivo da entrada, a forma de entrada no local, o nome dos agentes e eventuais profissionais que realizaram o serviço.

Para o engenheiro sanitário e professor associado do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Adacto Ottoni, o aumento da proliferação do mosquito *Aedes aegypti* é esperado nesta época do ano, devido ao período chuvoso do verão. No entanto, medidas preventivas tomadas tanto pela população quanto pelo governo poderiam evitar o crescimento alarmante de casos da dengue. “Não há condições adequadas de drenagem na área urbana, além de problemas de ocupações irregulares e falta de orientação aos moradores. A solução para o problema é justamente atacar os focos e evitar a água empoeçada”, comentou o especialista.

Adacto ressaltou a importância de ter um planejamento adequado para a prevenção da dengue. “É muito mais fácil prevenir do que depois você curar alguém doente. Isso é possível fazer com o trabalho adequado de saneamento ambiental, para evitar a proliferação das larvas de mosquito *Aedes aegypti*”, enfatizou o engenheiro sanitário. “Primeiro, tem que ter uma população consciente de não deixar água empoeçada e estagnada, uma piscina abandonada, por exemplo, que é um ponto de foco enorme, ainda mais no verão. E obviamente, coibir. O governo tem que ter medida preventiva, tem que haver um programa de

governo constatando onde tem esses pontos de acumulação de água. Tem que evitar a causa para reduzir sensivelmente a quantidade de casos”, completou.

Arma

O proprietário de uma banca na Feira dos Importados Suwei Zheng vende raquetes de matar mosquito há 20 anos. No início de janeiro deste ano, ele adquiriu um estoque suficiente para durar três semanas, mas os produtos acabaram em sete dias. “Geralmente, as vendas aumentam na época de chuva, pois aumenta a quantidade de insetos, mas, neste ano, as vendas dispararam mais do que o normal”, detalha Suwei.

O crescimento é atestado pelo funcionário da banca Elias Ferreira. “Estamos vendendo três vezes mais do que normalmente venderíamos em janeiro.”

O comerciante acabou conseguindo com o fornecedor uma

quantidade extra de raquetes para suprir a demanda, mas ainda assim não tem sido suficiente. “A eficiência desta raquete é de 90%”, explica.

Focos do mosquito

Em algumas regiões administrativas, moradores têm reclamado da quantidade de lixo e do descaso com terrenos abandonados. É o caso do trecho 2 do Sol Nascente, onde o *Correio* esteve na tarde de ontem e flagrou uma grande quantidade de lixo e poças de água parada em um terreno localizado em uma área residencial.

José Rodrigues, 65 anos, mora na região e conta que, todos os dias, as pessoas jogam lixo no local. “Para nós que moramos por aqui é ruim demais, porque, por mais que a gente se livre dos focos de dengue em casa, esse tipo de local atrai muito mosquito”, declara.

Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos

Farmacêuticos do Distrito Federal (Sincofarma), Erivan Araújo destacou que o sindicato tem acompanhado de perto o crescimento de casos de dengue no DF, principalmente nos últimos 15 dias. Segundo ele, o levantamento feito junto com as farmácias e drogarias apurou que houve um crescimento de quase 60% na venda de repelentes. “Isso realmente é um número bem expressivo. O que nós temos orientado para as farmácias e drogarias do DF é para que ajudem atuando como um agente do GDF, orientando a população para aquilo que deve fazer para combater o mosquito da dengue”, ressaltou Erivan.

Vacina sem custos

A partir da próxima segunda-feira, a Geap Saúde vai disponibilizar a vacina da dengue, sem custos, para os beneficiários do Distrito Federal. A ação é uma resposta ao

surto de casos da doença na capital do país. A campanha de vacinação da operadora se estenderá pelos próximos 30 dias, em Brasília, e está em estudo para ser estendida para outros estados com alta incidência de casos.

Em um evento na sede da Geap, o diretor-presidente da operadora, Douglas Figueredo, disse que o DF será atendido com a vacina, o público de 4 a 60 anos — faixa etária recomendada para receber o imunizante Qdenga. Aqui no DF, a vacinação ocorrerá em parceria com o laboratório Atos, localizado no Setor Hospitalar Sul 716, conjunto A sala 603 e 605, OHB. A vacina será aplicada nos beneficiários da Geap por ordem de chegada e sem necessidade de marcação. O imunizante também estará disponível na Unidade Administrativa da Geap, que fica no Setor Hoteleiro Norte.

“Tivemos um crescimento assustador e ficamos preocupados

com isso. Essa é uma ação muito importante que estamos realizando para atender ao nosso beneficiário nesse momento de alerta, ao mesmo tempo em que auxiliamos o Ministério da Saúde na ofensiva contra a dengue”, lembrou Figueredo.

A primeira beneficiária a tomar a vacina foi a servidora pública Cíntara Wagner Fredo, 48 anos. Antes de tomar o imunizante, ela destacou a importância do ato. “É um momento de alegria, mas de muita preocupação. Precisamos manter todos os cuidados”, alertou.

A vacina escolhida, a Qdenga, foi aprovada recentemente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O imunizante é composto por quatro tipos do vírus responsável pela dengue, oferecendo uma proteção abrangente contra a doença e eficácia de 80%. São necessárias duas doses, com um intervalo de três meses entre as aplicações.